

RESUMO - GT1: RACISMO E DEMOCRACIA EM DEBATE

**ARMAS, MENTES E SEGURANÇA: A CIÊNCIA PSICOLÓGICA NO  
ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA**

*Sheyla Farias Da Silva Batista (sheyla.fariass@gmail.com)*

*Marcondes Dos Ramos Santos Filho (Marcondes.rsfilho@gmail.com)*

A violência armada no Brasil configura-se como um fenômeno complexo e racialmente marcado, no qual a ampla circulação de armas de fogo atua como um dos principais vetores de letalidade, atingindo desproporcionalmente populações vulneráveis e periféricas. Evidências do Atlas da Violência (2025) demonstram uma correlação positiva entre a expansão do armamento civil e o aumento de mortes violentas, incluindo homicídios, feminicídios e suicídios, com recortes étnico-raciais evidentes. Neste contexto, este trabalho tem como objetivo analisar como a avaliação psicológica contribui para a prevenção da violência armada, com ênfase na Segurança Pública de Pernambuco. A metodologia empregada é qualitativa e documental, baseada na análise de leis, decretos, portarias estaduais e dados estatísticos, articulados com referenciais teóricos da Psicologia. A problematização central reside no fato de que a arma de fogo, longe de ser um elemento neutro, intensifica conflitos em territórios historicamente negligenciados e amplia o potencial de dano fatal, revertendo tendências de queda na violência quando há flexibilização no acesso. A pergunta orientadora da nossa investigação questiona "de que forma a avaliação psicológica, associada à regulação do porte, pode reduzir essa violência estrutural?". Os resultados indicam que o marco regulatório, como o Estatuto do Desarmamento e as portarias de Pernambuco que determinam o

recolhimento de armamento em casos de risco psicológico, posiciona a avaliação psicológica como um pilar estratégico. Conclui-se que esta avaliação atua como ferramenta essencial de gestão de risco, analisando estabilidade emocional, impulsividade e indicadores de sofrimento psíquico para prevenir que indivíduos com comprometimento portem armas. Dessa forma, oferece uma dupla proteção: resguarda a sociedade - especialmente comunidades tradicionais e periféricas - e protege o próprio servidor de segurança de acidentes, suicídios e condutas impulsivas letais. Portanto, o enfrentamento eficaz da violência armada exige a integração entre controle estatal rigoroso e a avaliação psicológica contextualizada, consolidando-a como uma estratégia ética e fundamental para uma segurança pública antirracista orientada pela defesa da vida.

Palavras-chave: armas de fogo; avaliação psicológica; segurança pública; violência estrutural; racismo institucional.